

# **LEI Nº 4.499 DE 26 DE SETEMBRO DE 1985**

(Publicada no Diário Oficial de 27/09/1985)

Esta Lei foi editada para vigorar por prazo determinado conforme previsto no seu art. 1º.

**Cancela os débitos tributários de contribuintes considerados microempresa para efeito de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam cancelados os débitos tributários, constituídos ou não, dos contribuintes considerados microempresa para efeito de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM, relativamente às operações realizadas até a data do início da vigência desta Lei, desde que não sejam oriundos de ação dolosa ou de má fé.

**Parágrafo único.** São abrangidos por este artigo, em relação aos mesmos contribuintes e nas condições estabelecidas, os débitos decorrentes de multa por infração à legislação tributária.

**Art. 2º** O disposto no artigo anterior não autoriza a restituição ou compensação de débitos recolhidos.

**Art. 3º** O Poder Executivo regulamentará, por decreto, a utilização do benefício assegurado nesta Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 26 de setembro de 1985.

**JOÃO DURVAL CARNEIRO**

Governador

Benito da Gama Santos

Álvaro Fernandes da Cunha Filho